



## MALU MULHER E O ABORTO 37 ANOS DEPOIS

ROSANA NANTES PAVARINO<sup>1</sup>

*Na medida em que é a mulher que suporta o ônus integral da gravidez, e que o homem não engravida, somente haverá igualdade plena se a ela for reconhecido o direito de decidir acerca da sua manutenção ou não.*

Ministro Luis Roberto Barroso.

### Introdução

1979 mal havia começado. Estávamos no dia 5 de janeiro e parecia que finalmente teríamos um ano bom: o AI 5, o Ato Institucional 5, o mais duro dos AI promulgados durante o regime militar (1963-1982), finalmente havia sido extinto. Teríamos ainda um último general como presidente que tomava posse no dia 15 de março: João Batista de Oliveira Figueiredo. O regime havia acabado em 1979 mas certamente estava definhando: no dia 28 de agosto, o presidente sancionou a Lei da Anistia. Enquanto isso, dia 4 de maio o Reino Unido passou a ser governado pela primeira 1a, ministra de sua história, Margaret Thatcher e, no Brasil, no dia 11 do mesmo mês, tomava posse a primeira senadora do país, Eunice Michelis (AM).

A extinção do AI 5 tranquilizou o ambiente político e deu um suspiro de liberdade aos envolvidos com música, cinema, teatro, televisão e imprensa. O país com pouco mais de 113 milhões de habitantes, possuía quase 17000 aparelhos de televisão. A Divisão de censura também enfraquecia; o recurso de publicar receitas de bolo no lugar de notícias era passado; o horário “nobre” (muita audiência, mais comerciais) da TV poderia ser preenchido por capítulos inteiros de novela sem cortes. Chegara o momento de ousar na criação de programas nacionais. Enquanto a TV Tupi fechava suas portas, a Rede Globo, comemorava 20 anos. Sem a censura prévia, desvinculou notícias locais dos noticiários nacionais, criou o Globo Rural e investiu na criação de suas próprias séries: o pacote denominado “Séries Nacionais” levou ao ar em maio Plantão de Polícia, Carga Pesada e Malu Mulher. Todas com muito a dizer.

[...] o conjunto dos seriados brasileiros talvez tenha sido a primeira grande e sistemática resposta da televisão enquanto meio de comunicação de massa à nova situação surgida com o processo de abertura política ou de liberalização do regime. (PEREIRA E MIRANDA, 1983: 59-60)

---

<sup>1</sup> Universidade de Brasília, Dra. em Comunicação Social - Professora voluntária na Universidade de Brasília.



2

Plantão de Polícia fazia uso das ocorrências policiais para “retratar a realidade da vida das grandes cidades. *O fato policial* é então tomado como ‘dramatização do dia-a-dia da cidade’” (Pereira e Miranda, 1980, p. 68, grifo dos autores). Isto pelo o olhar do jornalista “romântico” e auto-didata Waldomiro Pena; de seu editor, Serra, e pela recém-formada Bebel, que escolheu o jornalismo policial para tentar fazer justiça. *Carga Pesada* apresentava a diversidade cultural brasileira enquanto os caminhoneiros Pedro e Bino representavam várias facetas do brasileiro rodando pelo país. “Revezando-se ao volante, os dois enfrentam atoleiros, enchentes, dificuldades financeiras e assaltos. O seriado também abordava aspectos sociais, como a reforma agrária e o trabalho escravo no Brasil” (MEMÓRIA GLOBO, 2017).

Malu Mulher, era a voz feminina. Entre presos políticos, censura, operários em greve, talvez fosse a voz menos ouvida. Inspirada na comédia cinematográfica *An unmarried woman*, (Paul Marzurski, 1978), contava a história da recém-desquitada Maria Lúcia Fonseca. As dificuldades que encontra nessa nova fase,— em um país predominantemente católico em que a Lei do Divórcio completava 18 meses —, é a deixa para os problemas femininos que serão apresentados ao longo de 72 episódios exibidos em dois anos. Além de desquitada, a personagem tem pouco mais de 30 anos, mora com a filha de 12 e é socióloga e trabalha fora, perfil que difere do padrão médio da brasileira a época ao mesmo tempo em que lhe dá o aval para criticar as situações conflito apresentadas:

[...] optou-se por um personagem que, embora crítico e podendo mesmo aproximar-se de problemas e personagens das camadas populares, o faria da ótica definida por sua situação de classe “burguesa” — dado importante, tendo-se em vista, especialmente, os “resvalos demagógicos e populistas” que a tentativa de compor o “painel do Brasil” representado pelo conjunto de seriados podia incentivar. (PEREIRA E MIRANDA, 1983: 65-66, grifos do autor).

Servindo como isca para abordar temas como solidão, envelhecimento, orgasmo, homossexualismo, aborto foi o tema do terceiro episódio, “Ainda não é hora”. Malu acompanha o drama de Joseneide (Jô), a filha do porteiro de edifício onde mora. Jô, grávida, decide interromper sua gestação e pede ajuda a Malu. Universitária, toma a decisão sem que com o namorado saiba. O episódio, não defende a interrupção, mas discute o assunto tocando em pontos polêmicos no que diz respeito a descriminalização: questões religiosas, clandestinidade, valores morais.

Quase 40 anos depois, a interrupção induzida da gestação ainda causa mal estar. Evitado durante as eleições, reaparece quando ocorre algum evento inesperado como a

anencefalia causada pelo Zica vírus (2015) ou quando a 1ª Turma do STF concedeu *habeas corpus* aos médicos e funcionários de uma clínica clandestina.

A 1ª Turma do STF, composta pelos ministros Luiz Fux, Marco Aurélio, Rosa Weber, Edson Fachin e Luis Roberto Barroso, decidiu por maioria, em um determinado caso concreto, que a aplicação do crime de aborto para interrupção voluntária da gravidez nos três primeiros meses de gestação seria inconstitucional. O caso se referia a médicos e funcionários de uma clínica que realizaria procedimentos de aborto, motivo pelo qual teriam sido processados e presos. A decisão da 1ª Turma foi tomada uma ação de defesa chamada de *habeas corpus* e vale apenas para as partes desse processo. (MACHADO E VENOSA, 2016)

Essa decisão reabriu as discussões sobre aborto nos meios de comunicação. Tendo em vista o impacto que o episódio citado causou após sua exibição, a atualidade do tema e superficialidade com qual parece ser tratado, pretendemos analisar esse episódio a partir de conceitos e características próprios da Teoria das Representações Sociais (TRS) de Serge Moscovici e do conceito de Museu imaginário de Gilbert Durand, ambos no que se referem aos meios de comunicação.

Nosso objetivo é mapear a possibilidade do fenômeno das representações sociais, particularmente de sua permanência, explicar o por que, apesar de condições favoráveis, as discussões sobre a descriminalização ou não do aborto pouco avançaram, quando não regrediram, nos últimos 37 anos. Ter apenas três programas de televisão, poucos, sem dúvida, servem para ilustrar nossa hipótese. Não temos, portanto, a pretensão de definir a questão, apenas apresentar elementos que provoquem inquietação.

Dois programas foram escolhidos, Diálogo Brasil da TV BRASIL e GloboNews Especial do canal Globo News. Diálogo Brasil foi selecionado por ser uma instituição pública (Empresa Brasileira de Comunicação - EBC), editorialmente independente “que a singulariza por espelhar de maneira mais fidedigna a complexidade cultural brasileira, ocupando um espaço complementar, não preenchido pelos canais privados” (EBC INSTITUCIONAL, 2016). Composto por uma apresentadora e mediadora, Aline Bastos, e mais dois entrevistados com opiniões opostas sobre o assunto em pauta. No dia 13 de dezembro de 2016 a pauta foi a descriminalização: “Diálogo Brasil debate a descriminalização do aborto”. Foram entrevistadas a socióloga Joluzia Batista do Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) e Lenise Garcia, professora do departamento de Biologia Celular da Universidade de Brasília (UnB) e presidente Movimento Nacional pela Cidadania Brasil sem o aborto (e foi membro das Comissões de Bioética da Arquidiocese de Brasília e da CNBB).

O segundo programa foi selecionado por fazer parte do Grupo Globo e por apresentar um público com características próximas da audiência do seriado *Malu Mulher*. A TV Globo possuía em 1979, em média 53,2% da audiência no horário das 20h22, sendo 46% público masculino e 54% feminino. Esse público masculino era formado por 38% das classes A/B e 62% C/D enquanto e no feminino 45% eram A/B e 55% C/D (PEREIRA E MIRANDA, 1983) Atualmente maioria dos telespectadores paulistas (maior audiência do programa) de TV paga são mulheres com mais de 35 anos da classe AB (KANTAR IBOPE MEDIA, 2017)

O programa *GloboNews Especial* apresenta, em formato de reportagens documentais, um tema de destaque ou discussão na sociedade. No dia 18 de dezembro de 2015, como o título “Aborto: um tabu em discussão”, Ginecologistas, assistentes sociais e algumas mulheres que já haviam interrompido a gravidez por algum motivo, dão seus depoimentos sobre [a descriminalização do] aborto.

## **Aborto**

O aborto é uma interrupção da gravidez que pode ocorrer de modo involuntário ou induzido. Involuntariamente pode ocorrer até a 20a. semana de gravidez e se dá por mal formação do feto ou por má condição de saúde da gestante. Relativamente comum — atinge 20% das gestantes, muitas antes que percebam a gravidez.

A interrupção induzida é juridicamente justificável como no caso de risco de vida da gestante (interrupção terapêutica) ou por problemas externos a gravidez: falta de recursos, não ser casada, por não desejar (para citar alguns), por descuido/desconhecimento. Há, portanto, explicações médicas, sociais, econômicas, culturais.

De acordo com documentos históricos (GOULART, 2013) — o registro mais antigo de um é uma receita de abortífero de aproximadamente 2737a.C— a prática induzida é tão remota quanto o homem. Às vezes evitada em algumas sociedades por medo de envenenamento da gestante (optava-se pelo infanticídio). Aristoteles o defendia com um controlador da natalidade. Platão, era favor para todas as mulheres acima de 40 para manter a qualidade de seus guerreiros.

A historiadora Giulia Galeotti (2003) observa duas fases distintas no tratamento dessa prática: a primeira perpassa a Antiguidade até o século XVII. A segunda fase tem início a com o conhecimento científico desenvolvido a partir do século XVII, aliado as mudanças dos

políticas oriundas da Revolução Francesa, modificou a visão da sociedade sobre o aborto. Sem antes poder visualizar o feto, o embrião era considerado um apêndice, uma parte da mulher. Caberia a ela resolver interromper sua gestação e, somente se os interesses do marido fossem prejudicados ela seria punida.

No que se refere as questões da moral religiosa, somente com o cristianismo é elas passam a ser consideradas, principalmente sob influência da Tomás de Aquino, para quem o feto receberia sua alma a partir do 3o. mês de gestação quando, então, o interrupção induzida da gravidez passa a ser pecado. Apenas em 1869, há menos de 150 anos, que a Igreja Católica passou a condena-la, considerando-a assassinato.

No Brasil, a lei que trata do aborto é de 1940 (Decreto Lei no 2848 de dezembro de 1940). Esta lei apenas não condena a interrupção em caso de risco de vida da mãe, em caso de estupro e, em 2012 o Supremo Tribunal Federal aprovou a legalização em casos de anencefalia. Enquanto essa lei completa 77 anos, a lei do divórcio foi promulgada, a taxa de fecundidade caiu de 6,16 em 1940) para 1,92 em 2010. O comportamento do brasileiro também se modificou. Pesquisa realizada pelo Datafolha (2008) constatou que 55% da população não acham que seja um problema perder a virgindade antes de casar (em 1998 era 39%)

E caso uma filha lhes pedisse para dormir com o namorado no quarto dela, 66% dizem que não deixariam de jeito nenhum. Essa taxa é 12 pontos menor do que a registrada em 1998. Deixariam com certeza a filha levar o namorado para seu quarto 12% (cinco pontos a mais do que há nove anos) e talvez permitissem esse comportamento 16% (eram 13%). 87% consideram fazer um aborto moralmente errado. (DATAFOLHA, 2008).

O curioso é que enquanto quase 90% da população considera a interrupção da gravidez moralmente errada, em 2010, uma em cada 5 mulheres entre 18 e 39 anos haviam interrompido sua gestação (DINIZ, 2017).

## **Representações Sociais e Imaginário**

Em 1961 o psicólogo social Serge Moscovici publicou “Psychanalyse: son image e son public”, obra em que apresenta sua Teoria das Representações Sociais. Essa teoria, uma espécie de filosofia do senso comum cujo campo de ação é o cotidiano procura, compreender a influência do contexto no comportamento, como novos conceitos, informações, conhecimentos são familiarizados. O senso comum seria o espaço onde inquietações individuais ou do grupo são resolvidos, ou seja, o que se diz e o que se compreende tende a ser conflitante com conhecimentos anteriores. As representações sociais se formam para “resolver” esse conflito





6

ao coloca-lo em exposição provocando, assim, uma re-significação que permita a convivência de discursos diferentes, por vezes, contraditórios, em um mesmo ambiente.

As representações sociais agem como uma via de mão dupla na qual o saber é influenciado pelas tradições, ações e pelo o que comunicamos ao mesmo tempo em que é compartilhado, elas refletem e simultaneamente respondem aos comportamentos. Para tanto, há dois poderes no ambiente em que se desenvolvem: o convencional e o prescritivo, o primeiro dando estabilidade e o segundo imposto pela estrutura social e pela tradição. (PAVARINO, 2003 ). “Por seu poder convencional e prescritivo sobre a realidade, terminam por constituir o pensamento de um verdadeiro ambiente onde se desenvolve a vida cotidiana” (SÁ, 1995: 26)

Por fim, como se estruturam as representações sociais? Há “dois universos de pensamento”, o consensual e o reificado. A principal característica do universo consensual é o de ser espontâneo, o indivíduo é livre e observador “elaborando suas opiniões e respostas conforme os problemas a respeito de política, ciências, educação, ecologia, violência, racismo, economia, saúde, doença, desigualdade social, tecnologia, etc (PAVARINO, 2003: 43)”. Os espaços de convivência social como escola, casa rua, igreja e os produtos mediáticos são os principais fornecedores do conhecimento e os indivíduos podem falar em nome desse grupo e também é protegido por ele, transformando-se em cúmplice. Mais importante, esse universo torna possível a vida social. O universo reificado. Enquanto no consensual o homem é “the measure of all things”, no universo reificado, “all things, whatever the circumstances, are here the measure of man” (MOSCOVICI, 2001: 33-34). É o universo científico do certo e o errado, o verdadeiro e o falso, o autorizado e o não autorizado, o qualificado e o não qualificado. “In as much as the scientific disciplines are linked to these objects, scientific authority is able to impose this way of thinking and experiencing on each of us, prescribing in each case what is and what is not true (MOSCOVICI, 1981: 186)

Os meios de comunicação são o ponto em comum entre as representações sociais de Moscovici e o imaginário de Durand. O grande alcance que possuem — a televisão em particular — e com ele a possibilidade de vir a influenciar nossos valores, ideais, comportamentos os tornam essenciais para compreender nossa sociedade. Entretanto, não de forma determinante, pois é certo que os conteúdos produzidos e transmitidos por esses meios são absorvido de modo distinto dependendo das condições culturais, econômica e sociais dos indivíduos e grupos sociais. Além disso, a convivência diária, as conversas e trocas de



7

experiências “repletas de outros significados e significações, de símbolos, mitos e ideologias que em conjunto contêm e constroem o pensamento individual e social, como as representações sociais” (PAVARINO, 2003, p. 26). Os meios de comunicação podem modificar a “organização social na relação do indivíduo com a sociedade, com seu grupo e com sua identidade”, como é possível observar no uso do Facebook, do celular, da internet.

Ressaltando a influência dos meios de comunicação de massa nas relações simbólicas entre os indivíduos, Moscovici classificou os sistemas de comunicação em difusão, propagação e propaganda, sendo que cada sistema corresponde a um aspecto na construção das representações sociais: difusão/opinião pública (ênfase político), propagação/atitude (instrumento de regulação de crenças) e propaganda/estereótipo (imprensa jornalística) (SÁ, 1996: 37).

Para Gilbert Durand, o conjunto de elementos simbólicos derivados de nossas atitudes imaginativas formam nosso imaginário (AGUIAR et al, ), que por sua vez, constituem um conjunto de imagens e suas relações, estruturando os processos do pensamento humano (DURAND, 1997). Durand também desenvolve o conceito de Museu Imaginário — conjunto de todos os departamentos de todas as culturas” (1993: 103) que se caracteriza como um museu complementa os aspectos apresentados sobre as representações sociais. Para o autor, esse museu, formado pelos produtos difundidos pelos meios de comunicação é formado por “todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas” (DURAND, 1998: 6) possibilitando o reequilíbrio de toda espécie humana.

Tendo os meios de comunicação e seus produtos formadores tanto das representações sociais como do museu imaginário, tomamos o programa Malu Mulher para ilustrar as (não) mudanças na relação da sociedade com a descriminalização do aborto, exemplificados, também, em programas recentes na TV brasileira.

## **O episódio**

O episódio “Ainda não é hora” expõe o momento da decisão de se interromper uma gravidez inesperada e indesejada, assim como o impacto que provoca nos envolvidos, as contradições e tabus sociais e culturais que permeiam o assunto. Josineide, filha de Moacir, o porteiro do edifício, divide com Malu e com o espectador as angústias, as dúvidas, os conflitos

desse momento decisão. Não quer ser mãe naquele momento: “as coisas tem seu momento certo”, afirma.

O roteiro do episódio é enxuto e direto: enquanto Josineide fala abertamente sobre suas escolhas, — omitir do pai e do namorado sua gravidez enquanto divide com Malu suas razões. Dividido em quatro momentos distintos: a revelação, a decisão, a clínica e volta para casa. Aspectos ainda presentes aparecem sem muita sutileza revelando as contradições sociais: a influência da religião, a ética médica, as diferenças (e mudanças) de valores, a visão patriarcal sobre a maternidade, a não participação do pai na decisão. Além de Josineide e Malu, aparecem no episódio Eliza (filha de Malu), Dr. Pompeu (ginecologista), o médico da clínica clandestina e Jorge, o namorado.

No primeiro momento, Jô, ainda insegura sobre o que fazer, desabafa com Malu: pretende interromper sua gravidez sem contar para o namorado (também morador do edifício). O bloco se resume com a protagonista questionando sua decisão e suas razões. Em certo momento Jô faz uma pergunta para Malu que na verdade é para o espectador:

- Mas e se fosse com você?
- Como comigo?
- Se você engravidasse, se esquecesse de tomar a pílula. O que que você faria?
- Não, não há a menor possibilidade. Eu tomo todas as precauções.
- Não, se acontecesse? Se você não quisesse o filho, você não tirava? Tirava, não tirava?

O segundo momento começa com Jô e Malu na sala do ginecologista da Malu. Ela pede “uma orientação porque a gente ouviu tantas histórias”, ficando subentendido um pedido para ele realize o procedimento. Ele recusa e seus motivos são questionados por Malu:

- Filha, eu não posso fazer nada por você. Aceite meu conselho. Ele é dado de todo coração. Aceite a maternidade. Ser mãe é a função psico-biológica da mulher. Deixa ele vir.
- Mas eu não posso. Não dá por favor. Explica para ele Malu. Eu não posso ter esse filho agora.
- Minha filha, entendo seu drama. Mas eu também tenho as minhas convicções, meus princípios. Minha profissão é regida por uma ética. Como católico eu não posso concordar com isso. A vida é uma dádiva de Deus e dela só ele pode dispor.
- Mas como é que o sr. me receita a pílula dr. Pompeu. Eu não entendo porque para a Igreja todo método anticoncepcional é condenável. Quer dizer, aborto e pílula para a Igreja quer dizer a mesma coisa.





Em seguida, elas estão chegando na clínica clandestina. Um diálogo em off entre duas outras pacientes serve para mostrar o quão comum é a situação de Josineide:

- Primeira vez aqui?
- Que nada minha filha. 6 vezes com essa. Já estou até íntima do médico.
- Diz que o peito incha, né?
- Conversa, meu nunca inchou. Estou com uma fome. Disseram que era para vim de barriga vazia.
- Sabe, eu só tenho medo é de dor.
- Besteira minha filha. Num minuto você apaga. 15 minutos depois você acorda. E aí sim, pode então dar uma colicazinha, como se tivesse incomodada. Em mim não doeu não.

Ao entrar na sala do procedimento, o médico a recebe com uma pergunta em tom bastante cínico: “Tem certeza que quer desistir dessa coisa maravilhosa que é ser mãe?”. Jô não responde. Ele explica o que ela deverá fazer ao sair da clínica. Tendo recebido o dobro de anestesia esperada, sua recuperação é demorada. Malu discute e ameaça o médico.

- Você é engraçada, vem aqui porque ninguém aí fora quis resolver o seu problema. Ninguém quis fazer o serviço sujo. Ok. eu faço. Eu corro o risco. Mas as regras do jogo são estas. (médico)
- Mas o que o sr. está pensando? (Malu)
- Espera aí. Ainda não acabei. Você acha caro 2500 cruzeiros para livrar a sua amiga de uma situação penosa? Tem gente que cobra menos tem gente que cobra mais. Eu já ouvi falar em 20000 para moças de nossa sociedade. Meu preço é esse. É o preço do risco. Ou você pensa que a impunidade me sai de graça.
- Eu devia é chamar a polícia.
- Devia, mas não vai. Sabe porque? Perante a lei sua amiga é tão culpada quanto eu. De 1 a 3 anos de cadeia. Só por isso.

No terceiro bloco Josineide vai para casa de Malu e vive as consequências de seu ato: contar para o namorado; o constrangimento frente ao Dr. Pompeu que chega para tratá-la, o desprezo do pai ao constatar que a filha não era virgem e havia interrompido sua gravidez. O ponto principal ocorre em torno das diferenças entre gerações, principalmente aquelas relacionadas com valores:

- Oi pai. Olha para mim. Vem cá pai. Olha pai, eu sei que a gente tem cabeça diferente. O sr. acredita em coisas que para mim não tem a menor importância. Eu sei também que o sr. está muito magoado com isso tudo. Agora, olha para mim, pai. Por favor. O que que mudou. Continua sendo eu, sua filha Josineide. A mesma de sempre. Pai, quer saber? Eu não sou mais virgem há dois anos quase. Dois anos. Por acaso o sr. notou alguma diferença em mim. Por acaso o sr. me achou mais impura? Isso de impureza e sujeira só existe aqui na

cabeça da gente. Eu não gostaria que isso lhe ferisse mas eu só posso agir de acordo com a minha consciência. (Jô)

— Minha filha, eu e seu pai viemos de um mundo diferente. De um tempo em que esses valores eram muito importantes. A moral era outra. (dr. Pompeu)

— Desculpa dr. Mas que a gente não pensa mais assim. Nossos valores são outros, mudaram. (Jorginho)

— E eu acho que tinha haver uma compreensão mutua, não? (Malu)

— Isso, uma convivência pacífica. (dr. Pompeu)

— Compreensão? Compreensão? Como é que vocês vem me falar em compreensão quando minha filha me diz que matou seu próprio filho. (Moacir).

— Por mais que o senhor fale eu não consigo encarar desse jeito. Não adianta. (Jô)

— É seu Moacir, uma coisa cultural, uma questão de ponto de vista, de fé de crença. Por exemplo, no Japão eles só consideram a vida depois do nascimento. (Malu)

— Mas eu não sou japonês, sou brasileiro e crente em deus e filha minha que entrega a vergonha e faz isso com o próprio filho nunca mais pode me chamar de pai nem morar na minha casa.[...] Morreu, para mim morreu. (Moacir)

A seguir Malu e dr. Pompeu conversam, durante um café, sobre a descriminalização:

— Mas o que é que se pode fazer, Enquanto não for legalizado, as infelizes das mulheres estão nas mãos deles, mesmo. Todo mundo condena, diz que é crime, que é pecado, mas, na hora, todo mundo fecha os olhos porque um dia pode precisar. Isso se chama hipocrisia. (Malu)

— O chamado mal necessário. (dr. Pompeu)

— Mas então se é necessário, se é uma coisa inevitável, por que não legalizar? Por que não tornar menos sórdido, mais civilizado? (Malu)

Para encerrar, duas falas de Josineide, significativas, pois claramente servem para mostrar que ela pode ser qualquer mulher, comum, com sentimentos e amorosa. Suas escolhas (perder a virgindade, interromper a gravidez) não a tornam uma pessoa pior ou menos romântica.

— Eu sempre gostei muito de cozinhar, sabe. Não sei se porque mamãe morreu logo e logo menina eu virei a cozinheira da família. Mas cozinhar é uma coisa que me dá muito prazer. Alimentar as pessoas. [...]. Acho que uma coisa de mãe alimentar as crias. [...] Eu quero no mínimo uns seis, mas não agora. [...] Eu não estou a fim de sair de casa agora, parar de estudar. Se eu tivesse a fim disso eu não tinha tirado aquele filho [decidindo pedir para voltar a morar com o pai].

## Diálogo Brasil

As perguntas “As mulheres devem ter o direito de interromper a gravidez?” “Essa prática deve deixar de ser crime no nosso país?” “Em que situações?” “Como a sociedade pode enxergar a decisão?” direcionam o debate, que na verdade, não ocorre. As entrevistadas foram ouvir ou ponderar, mas reforçar seus pontos de vista. O mais próximo do diálogo é o menosprezando pela fala oponente, usando agressividade e ironia. Vemos então o a justificativa “autonomia da mulher” ser relacionado com a escolha “filho vivo ou filho morto. A crítica a representação parlamentar (bancadas da bala, da igreja, do gado) ser substituído por “ônus da democracia”. A “decisão pragmática” substituída por “direito a vida”. O discurso racional rebatido sempre pelo discurso emocional. Uma se refere a mulher, a outra a mãe:

— Uma pessoa desesperada não é verdadeiramente autônoma, livre. Está num dilema, não está numa decisão clara, concreta, autônoma. (Lenise)

— Não é uma decisão fácil; é uma decisão pragmática. (Joluzia)

— Direito a vida/direito reprodutivo que inclua o aborto) Aborto como direito está distorcendo totalmente a intervenção que uma pessoa pode ter tem sobre outra. Uma mulher grávida não tem mais a escolha de ser mãe ou não ser mãe. Ela pode escolher entre um filho vivo sou filho morto. (Lenise)

“Direito a vida” do feto menospreza o direito a vida da mulher, segundo Lenise.

— No último dado 2014 morreram 41 mulheres no Brasil que podem estar relacionados ao aborto provocado. Pode ir lá verificar, o site do SUS é claríssimo. 41 mulheres em 2014. Exagerar o número de mulheres que morrem claramente é uma tática de querer colocar o aborto no Brasil e que é utilizado por órgãos internacionais que também estão querendo colocar o aborto no Brasil. (Lenise)

— Importante ter em vista justamente os casos não notificados. Também pelo ministério da Saúde essa morte pelo abortamento clandestino e outros casos não identificados é a 5a causa de mortalidade no Brasil. Então bastava 1 mulher ou as 41 mulheres como a prof. Lenise citou para que a gente pudesse abrir um debate coerente, consistente para que o Estado brasileiro tome consciência dessa realidade. (Joluzia)

O programa apresenta algumas entrevistas feitas na rua, também significativas.

Eu não sou a favor da retirada de uma vida. Eu acredito que o governo pode criar meios de encaminhar essa vida que não é desejada. (consultor)

Acho que a mulher tem o direito sobre o próprio corpo. Ela devia fazer a decisão sem riscos. (estudante).

São tantas as doenças sexualmente transmissíveis que não cabe mais hoje transar sem camisinha. Além do advento da Aids, que mata ai absurdamente. A gente só perde para o câncer. Eu acho completamente inadmissível hoje transar sem camisinha. Se você engravidou é porque quis, não é por falta de nada. Hoje qualquer posto tem camisinha, qualquer lugar você encontra



12

camisinha. Não é mais um assunto cheio de tabus. Eu sou contra o aborto. (músico)

Você foi um feto. Eu fui um feto. Já pensou tivessem me abortado? Eu não estava aqui. É uma vida. (esteticista).

Eus só apoio em caso de estupro. Eu acho que existem muitos tipo de prevenções. Só tem filho quem quer mesmo. (estudante).

Olha eu apoio porque eu acho que é melhor garantir que essa pessoas não morram em hospitais clandestinos e dar oportunidade delas poderem abortar com segurança. (estudante)

Talvez Muitas pessoas fazem sexo por ai a toa. Engravadam sem estar preparado. E aí pensam em primeiro lugar em fazer o aborto. Mas não é a primeira opção que a gente tem que ver. (costureira).

É pecado, né creio que sim, porque é uma vida. Está matando, destruindo uma vida. Só deus pode tirar a vida porque ele que deu a vida, né? (doméstica).

Eu sou a favor, eu acho que todas as pessoas tem que ter oportunidade de decidir se é melhor para ela ter, se ela tem condições, se ela vai ter auxilio para criar ou para gerir essa criança. (estudante)

Só no caso de má formação de feto, comprovado. Tem um laudo científico, já tem um laudo médico, alguma coisa que contesta que você vai colocar uma pessoa sem condição de vida, estão, somente neste caso. (contador)

Deus deu a vida, deus tira a vida. No momento da concepção já é uma pessoa sim Agora as questões sociais após nascimento é uma outra discussão. Agora descriminalização do aborto, não. (professora)

Querendo ou não é clichê, mas o aborto para o homem já está ne... Eu mesmo sou meio abortada pelo meu pai, né.. Acho que é uma escolha das mulheres, questão de saúde pública, querendo ou não. opinião religiosa, opinião política não importa porque o aborto já acontece, então.. Descriminalizar é só deixar de penalizar mulheres que não deveriam ser vistas como criminosas. (estudante)

O espaço para o debate acabou sendo desperdiçado e as entrevistas fora do estúdio revelam mais da visão sobre o assunto.

## **Globo News Especial**

O programa GloboNews Especial do canal pago Globo News se autodefine, em sua página na internet, como “Reportagens documentais sobre o tema de destaque da semana ou que está sendo discutido pela sociedade” “aborto: um tabu em discussão”. É o menor dos programas (Malu 47’ e Diálogo Brasil 57’), mas apresenta opiniões distintas de obstetras, assistentes sociais, juristas, e também mulheres que já interromperam a gravidez.

Chama a atenção a experiência da assistente social que, em seus 35 anos de aconselhamento às mulheres que pretendiam interromper a gravidez, apenas 5 desistiram em favor da adoção.

Entre cinco entrevistas, apenas uma contou para a família que pagou pelo aborto. As outras quando não esconderam a gravidez, fizeram com que a interrupção parecesse ser natural. O programa procura ser imparcial mas quando os entrevistados escondem suas identidades, acaba por reforçar suas escolhas como algo que ainda causa constrangimento e vergonha. Ao mesmo tempo, reflete a contradição com a vivência da assistente social. Constrangidas ou não, o número de mulheres que desistiu do aborto é mínimo.

### **Análise**

O que foi mostrado no episódio “Ainda não é hora” não é surpresa (a forma talvez sim): o machismo, a sociedade patriarcal, a decisão exclusiva (por escolha ou não) da mulher, a omissão do Estado, a ética enviesada, a hipocrisia do mal necessário. O que surpreende é encontrar esses elementos 37 anos depois, em discussões superficiais quando não, surdas. De acordo com Moscovici, os processos formadores das representações sociais transformam o “não-familiar” em “familiar” sendo que isso ocorre de modo diferente em cada grupo social, das afinidades desses grupos e o modo como compartilham informações. Essa transformação ocorre por meio da ancoragem e da objetivação. O primeiro, relacionado com o simbolismo e o segundo com figurativa. “Os fatos, dados, ocorrências não familiares são transferidos, comparados e interpretados aos elementos individuais, sendo então, digeridos, transformados e reproduzidos a partir dos elementos já conhecidos, tangíveis, ou seja, são ancorados e objetivados nestes elementos.” (PAVARINO, 2003: 50) A ancoragem ocorre por meio da classificação e da nomeação. Ao classificar esses elementos naturalmente eles são hierarquizados (julgados e avaliados a partir de parâmetros conhecidos). Ao nomear, esses elementos são convencioneados, ajustados a matriz de conhecimento pré-existente. A objetivação é a materialização do processo e formação das representações, a imagem se relaciona com a palavra.

Nas falas dos personagens fictícios ou dos entrevistados, esse processo formador ocorre de modo automático. Quem aborta? A mulher (essa desconhecida). A filha, não (o pai a protege). O palavra aborto vira “problema”, “coisa” (para os mais favoráveis). Curiosamente



tanto sexo e como clínica clandestina são substituídos por “essas coisas”. No auge de sua angústia, Jo substitui enjôo por “flagelo”.

- O dr. Pompeu, por exemplo, trata a Jo como “filha” (pai, protetor) para em seguida lembrá-la que ela é mãe.

- No episódio, o médico da clínica desqualifica a “mãe” em sua primeira fala: “Tem certeza que quer desistir dessa coisa maravilhosa que é ser mãe? No debate, professora Lenise não se refere a “mulher” mas sempre a mãe, ao filho. As mulheres recorrem ao aborto (afinal foram apenas 41), as mães não.

- Jô, revelando que pode ser uma mulher ao lado, uma amiga próxima, usa “filhotes”: “Você pensa que eu também não queria ter meu canto, ter um cara dividindo a vida comigo. Os meus filhotes brincando com as galinhas no quintal, tapetinho no banheiro?”

- Problema substituindo aborto (pronunciada por Josineide é o único momento que a palavra aparece no episódio):

- Outro dia quando eu bati [datilografei] um capítulo tinha um capítulo que tratava de aborto.

- Jô, pelo amor de Deus, não vá me dizer que você...

- Não, imagina. É uma amiga minha. Ela que está com esse problema.

- É um problema...

- para Moacir, problema é sinônimo de filha (ao lamentar ter lhe dado educação):

- Deus, em vez de filha me deu foi um problema. [...] Mulher que pensa muito acaba não dando em boa esposa.

Enquanto procura provocar a discussão sobre a descriminalização, episódio se defende de possíveis acusações de indução a prática da interrupção da gravidez, antes do tema ser colocado, Malu deixa claro que o assunto será tratado dentro dos limites aceitos: “Liberdade é uma coisa libertinagem é outra”.

Podemos dizer que “Descriminalizar o aborto” é uma expressão que, na sua origem faz parte do universo reificado, afinal significa “não considerar uma interrupção induzida da gravidez como crime nos moldes do código civil”. A leitura que se faz, no entanto, ancorada no que um conhecimento prévio socializado é “permitir que o ato de matar uma criança se torne uma prática habitual quando é pecado”. Desse modo, a pergunta é parte do universo reificado,

oficial, que fala pela ciência, pelo concreto. As respostas, a favor ou contra, são sempre do universo consensual, do lugar comum. Nesse universos são distintos. O que os aproximaria seriam as representações sociais sobre o aborto. Se o episódio “Ainda não é hora” ainda sirva de parâmetro, o aborto e tudo que se relaciona com o tema é um problema. E um problema “que não é meu”. Isso talvez explique porque mesmo a população feminina não discute o assunto abertamente: o problema é do outro. No museu imaginário de Durand esses universos convivem mas não se relacionam, estão em permanente conflito, que são reproduzidos e se reproduzem nos meios de comunicação. Esse espaço, aparentemente democrático, possivelmente busca o equilíbrio entre discursos opostos.

## Conclusão

Prática antiga, o tema é, provavelmente, um dos mais conflitantes. O que fica claro nos programas, especialmente no Diálogo Brasil é que os grupos favoráveis e os contrários não estão defendendo o mesmo objeto. Enquanto os primeiros se sustentam no indivíduo e no ato praticado e como ele acontece, os contrários se apoiam na crença, no que o outro diz. O favoráveis se apoiam no indivíduo, na mulher. Os contrários, na maternidade.

A pergunta central de cada programa seria: “Você é contra ou a favor da descriminalização do aborto?”. A resposta que aparece é para outra: “Você é contra ou a favor do aborto”? Tanto o episódio quanto os programas acabam por reforçar posicionamentos. A televisão permite que os tema seja colocado em questão mas por fim, acaba por reproduzir os mesmos posicionamentos sustendo dos universos de cada grupo. Assim, vemos que os entrevistados se apegam as representações construídas que não se ouvem. O episódio de Malu mulher, ao final, no discurso da própria Joseneide revela a esperança de um futuro lúdico e a segurança familiar. Nos recentes o discurso da culpa e envergonhado prevalece. E os meios de comunicação, representados aqui pela TV se ocupa em reproduzir os velhos discursos sem se atentar que pergunta e resposta tratam de questões diferentes.

## Referências

ANAZ, S. et al. Noções do Imaginário: Perspectivas de Bachelard, Durand, Maffesoli e Corbin. **Nexi**, v. 3, n. 21, 2014. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/nexi/article/view/16760> >

BERTH, Joice. **Mortes por aborto no Brasil: a legitimação da nossa ignorância**. 2016. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/09/28/mortes-por-aborto-no-brasil-legitimacao-da-nossa-ignorancia/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

CASTRO, Daniel. **TV por assinatura: TV paga perde assinantes, mas audiência cresce 15% com a crise...** Caderno Notícias da TV. Disponível em: <<http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/mercado/tv-paga-perde-assinantes-mas-audiencia-cresce-15-com->>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CYMBALUK, FERNANDO (São Paulo). **Decisão do STF legaliza o aborto até o terceiro mês da gravidez?** 2016. Pesquisa sobre aborto. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2016/11/30/decisao-do-stf-legaliza-o-abor>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

DATAFOLHA (São Paulo) (Ed.). **Família fica ainda mais importante para brasileiros.** 2008. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/1223824-familia-fica-ainda-mais-importante-para-bra>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica.** Lisboa: Edições 7, 1993.

———. **O Imaginário.** Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: Difel, 2004

EBC INSTITUCIONAL. **Sobre a EBC.** Disponível em <http://www.ebc.com.br/institucional/>. Acesso em 13/08/2017.

GALEOTTI, Giulia. **Storia dell'aborto: I molti protagonisti e interessi di una lunga vicenda.** Bologna: Il Mulino, 2003. (Farsi un'idea).

GOULART, Michel. **Uma breve história do aborto.** 2013. Disponível em: <<http://www.historiadigital.org/artigos/uma-breve-historia-do-aborto/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

KANTAR IBOPE MEDIA (Paraguai). **IBOPE Media detalha perfil do telespectador de TV paga no Rio de Janeiro e em São Paulo.** 2017. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/ibope-media-detalha-perfil-do-telespectador-de-tv-paga-no-rio-de-janeiro-e-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

MACHADO, Elisa; VENOSA, Bruno. **Entenda melhor a decisão da Primeira Turma do STF sobre aborto.** 2016. Disponível em: <<http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/11/30/entenda-melhor-a-decisao-da-1a-turma-do-stf->>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MEMÓRIA GLOBO. **Malu Mulher.** 2017. (Rio de Janeiro) (Ed.) Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/seriados/malu-mulher.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

MOSCOVICI, Serge. “On social representations”. In: J. P. Forgas (ed.). **Social cognition; perspective on everyday understanding.** London : Academic Press, 1981. pp: 181-209.

— □ — □ . **Social representations: explorations in social psychology.** New York : New York University Press, 2001.

PEREIRA, C. A. M.; MIRANDA, R. **Televisão: as imagens e os sons: no ar, o Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1983 (O nacional e o popular na cultura brasileira)

PAVARINO, Rosana. **A relevância da teoria das representações sociais para as pesquisas em comunicação de massa.** Brasília, 2003. Dissertação.

SÁ, Celso P. (1996). **Núcleo central das representações sociais.** Petrópolis: Vozes.

———. “Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria”. In: SPINK, Mary Jane (org.). **O conhecimento cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 1995. pp. 19-45

TV BRASIL. **Diálogo Brasil debate a descriminalização do aborto** disponível em <http://tvbrasil.ebc.com.br/dialogobrasil/episodio/dialogo-brasil-debate-a-descriminalizacao-do-aborto> 12/12/2016 - 12:41 e atualizado em 28/12/2016 - 13:21. Acesso em 14/08/2017

